

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE

2014-2020

EIXO PRIORITÁRIO 1 – PROMOVER A INVESTIGAÇÃO E A INOVAÇÃO REGIONAL

EIXO PRIORITÁRIO 2 – APOIAR A INTERNACIONALIZAÇÃO, A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E O
EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO

MAPEAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS

DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA



Relatório elaborado com base em trabalho de campo conjunto da CCDR Algarve e da UALG.



Índice

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE - 2014-2020

1. Preâmbulo.....	4
2. O Ecossistema de I&D no Algarve	7
2.1. A Inovação no contexto da Estratégia Regional 2014-2020.....	7
2.1.1. O sistema de inovação regional	7
2.1.2. Necessidade estratégica de alargar a base empresarial inovadora	9
2.1.3. Estrangulamentos à difusão e transferência do conhecimento.....	10
2.2. As dimensões estratégicas da C&T no contexto PT2020	12
2.2.1. A dimensão da Governança.....	13
2.2.2. A dimensão das Infraestruturas	17
3. As infraestruturas tecnológicas.....	18
3.1. Enquadramento.....	18
3.2. Abordagem conceptual	18
3.3. Historial e financiamentos anteriores	20
3.4. A rede de infraestruturas da região do Algarve	21
3.5. Outras articulações estratégicas	23
4. Conclusão	24

1. Preâmbulo

O Acordo de Parceria e os Programas Operacionais do Portugal 2020 estabelecem que os apoios a infraestruturas de I&I (OT1), Infraestruturas de incubação (OT3), equipamentos sociais, incluindo de saúde (OT9), infraestruturas escolares (OT10) e as infraestruturas culturais (OT6), estão condicionados ao mapeamento das necessidades de intervenção, a apresentar à Comissão Europeia.

Este exercício de mapeamento das infraestruturas de I&I (OT1), bem como das infraestruturas de incubação (OT3), passíveis de enquadramento nos acordos de parceria foi coordenado pela CCDR Algarve em articulação com a Universidade do Algarve (através do CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia), envolvendo um levantamento de campo e recolha de informação estruturada, junto de parceiros públicos e privados, com intervenção ou gestão de estruturas com interesse para o **futuro ecossistema de inovação regional do Algarve**.

Este exercício no Algarve, como ficará patente no diagnóstico, reveste-se de alguma particularidade, que justifica a metodologia seguida, nomeadamente:

- A região apresenta um ecossistema de inovação muito incipiente, com inexistência física de parte relevante dos elementos do sistema. Entende-se por isso, que sem comprometer o rigor metodológico e científico (que permita comparabilidade com os restantes Programas Operacionais Regionais (POR) e com o trabalho conduzido pela Agência Nacional de Inovação (ANI)), não se justifica uma abordagem metodológica complexa para constatar a não existência de tais estruturas. Esta opção confere celeridade ao exercício, sem comprometer a sua qualidade e objetivos;
- Sendo a Região de dimensão geográfica contida e existindo apenas uma Universidade (que concentra a quase totalidade das estruturas de I&I, bem como a rede de centros de C&T), a identificação de atores é relativamente fácil de concretizar. Para além da Universidade, existe em Olhão uma base de I&I da delegação regional do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), que desenvolve iniciativas no domínio da transferência de conhecimento para as empresas. Face ao exposto entendeu-se não se justificar uma metodologia com base no “apelo à manifestação ou à pré-qualificação” para a despistagem de ocorrências. No entanto, entende-se que a abordagem seguida pela Região deve ser acompanhada por um processo de divulgação pública e por um período de consulta pública, para garantir a possibilidade de acolhimento de todos os contributos, propostas e entidades;
- Finalmente, os objetivos definidos no Programa Operacional e os montantes financeiros afetos a esta tipologia de intervenções, são extremamente contidos (dotação inferior a 5M€), pelo que fará pouco sentido a realização de exercícios teóricos elaborados para fundamentar os estrangulamentos definidos em fase de diagnóstico. Por outro lado, os objetivos traçados no programa, com vista ao financiamento de um parque de ciência e tecnologia/polo tecnológico, bem como a

reestruturação pontual do ecossistema de inovação, garantem a contenção da procura, sendo no nosso entender, desnecessária uma formulação adicional para justificar as propostas contempladas na programação.

O trabalho de campo, que suporta a caracterização das infraestruturas existentes, decorreu entre Junho e Setembro de 2015 e envolveu visitas físicas a todos os espaços identificados, bem como a realização de entrevistas dirigidas às entidades, públicas e privadas, que os gerem ou administram.

O exercício procurou ser exaustivo, cruzando diversas fontes por forma a identificar todos os espaços existentes, não discriminando (nessa fase) nenhuma das estruturas identificadas, mesmo que do ponto de vista físico e conceptual não configurem em pleno as funções que pretendem desempenhar (nomeadamente ao nível da incubação de empresas).

Em todo o caso, na eventualidade de algum espaço não ter sido identificado, fica sempre em aberto a possibilidade de o acolher em sede de revisão do documento ou na sequência do período de consulta pública.

Este exercício de identificação e caracterização da oferta foi complementado com uma avaliação de necessidades junto dos *stakeholders* envolvidos no sistema de I&I e I&DT, cruzado com a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente – RIS3 Algarve e com as preceptivas definidas no contexto do PO Regional e da tipologia de ações elegíveis, no âmbito dos seis domínios estruturantes (dois domínios consolidados – Turismo e o Mar; quatro domínios emergentes, dos quais, dois transversais – as TIC e as Energias Renováveis e dois complementares – as Ciências da Vida e Saúde e o Agroalimentar).

Neste contexto, o PO CRESC ALGARVE 2020 procurou definir um racional de intervenção para a seleção de prioridades de financiamento, garantindo que se mantém a coerência de intervenção estratégica assumida no mesmo.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

A avaliação e escolha dos projetos no âmbito dos incentivos às empresas têm em conta objetivos específicos da política económica regional:

- Promover o espírito empresarial, facilitando, nomeadamente, o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, visando a promoção do empreendedorismo qualificado e criativo;*
- Desenvolver e aplicar novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita aos esforços de internacionalização, reforçando a competitividade empresarial orientada para mercados externos, com vista a promover o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal;*

– Apoiar a criação e o alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, suportadas pela sofisticação do negócio e da gestão, reforçando a capacitação empresarial em geral, e das PME em particular, para o desenvolvimento de bens e serviços orientados para os mercados internacionais.

E são ainda considerados os seguintes critérios:

- **CRITÉRIO A: ‘qualidade do projeto’**, a coerência, racionalidade e natureza inovadora do investimento para a produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, em função da novidade e da difusão, bem como, para determinadas tipologias de investimento, o nível de qualificação e adequação das equipas e o grau de envolvimento de PME;

- **CRITÉRIO B: ‘impacto do projeto na competitividade da empresa’**, a propensão e orientação da lógica de negócio e do modelo organizacional para os mercados internacionais, o posicionamento na cadeia de valor, o nível de eficiência produtiva, bem como, para determinadas tipologias de investimento, o reforço da sua capacidade de I&D e inovação;

- **CRITÉRIO C: ‘contributo do projeto para a economia’**, a sua inserção na Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3 Algarve), o grau de resposta aos atuais desafios societários, a qualificação do emprego criado, o impacto estrutural do projeto - medido pela produtividade económica, pelas externalidades positivas para a economia e pelo efeito de arrastamento em PME, o contributo para a concretização dos Indicadores de Resultado do PO, bem como, para determinadas tipologias de investimento, o nível da sofisticação dos processos produtivos e da gestão;

- **CRITÉRIO D: ‘contributo do projeto para a convergência regional’**, a adequação do projeto às estratégias regionais e o contributo para a sustentação dos processos de convergência regional.

O critério de mérito regional deve, assim, refletir as opções estratégicas assumidas no POR e a adequação às especificidades do Algarve, induzindo o reforço dos domínios prioritários e refletindo as opções tomadas, sem que isso limite a valorização e seleção dos projetos de qualidade. Desta forma, a RIS3 é condição de admissão para o polo tecnológico e condição de valorização no caso dos investimentos em incubadoras.

De referir que estes critérios de seleção dos projetos podem sofrer alterações e que ainda não foram aprovados em sede de Comissão de Acompanhamento do POR.

2. O Ecossistema de I&D no Algarve

2.1. A Inovação no contexto da Estratégia Regional 2014-2020

2.1.1. O sistema de inovação regional

As questões da competitividade assumem um papel de relevo no atual quadro de programação financeira, em particular na valorização do conhecimento e na transferência do mesmo para o mercado. No caso do Algarve, devido aos baixos níveis de investimento em I&DT, esta necessidade, torna-se ainda mais premente, pela insuficiente massa crítica relevante, quer do lado do mercado, quer do lado da investigação. Se por um lado, não existe procura de soluções por parte do tecido empresarial, que estimule, por si só, o tecido inovador associado ao conhecimento, por outro, tem sido difícil captar para os centros de investigação (públicos ou de ambiente empresarial), recursos capacitados em domínios de relevo para a região, bem como em número adequado que justifiquem e assegurem a afirmação nacional e internacional dos seus resultados (bem como o adequado financiamento das linhas de investigação e inovação).

Neste contexto, a Estratégia de Especialização Inteligente do Algarve (RIS3 Algarve) evidencia um conjunto de “falhas” (maioritariamente sistémicas) no ecossistema de inovação, nomeadamente:

- (i) **Falhas de capacidade:** as empresas locais têm dificuldade em absorver e beneficiar da investigação, assim como a população residente carece de competências avançadas e de recursos para participar no processo de inovação;
- (ii) **Falhas de infraestruturas:** a Região carece de infraestruturas tecnológicas de promoção da inovação e de articulação dos agentes públicos e privados em C&T, o que impede o aparecimento dos vários tipos de agentes de inovação que devem preencher um sistema regional de inovação dinâmico (ex. agências de inovação, animadores de cluster, espaços de validação/prova de conceito e *scale up*, e serviços de incubação);
- (iii) **Falhas de interação/conexão interna entre atores:** falta de cooperação entre as empresas e ligações limitadas entre os produtores de conhecimento, nomeadamente entre a Universidade do Algarve (UAAlg) e as empresas, em especial as do setor do turismo.

Por sua vez, a sobre-especialização da estrutura económica do Algarve no Turismo é igualmente apresentada como um obstáculo à inovação, devido às características técnico-económicas do setor que pouco apelam à mobilização e acumulação de *inputs* tecnológicos.

O nível incipiente de I&D empresarial prende-se desde logo com a especialização da região no setor do Turismo (em que a inovação tem sido particularmente assegurada com melhoria de processos internos, não necessariamente tecnológicos) e ao estágio emergente de alguns segmentos ou setores mais intensivos em tecnologia.

Outro aspeto da maior relevância é a insuficiente escala e organização das atividades de interface universidade / indústria, onde podemos incluir a I&D aplicada e pré-concorrencial, a transferência de tecnologia, a prestação de serviços tecnológicos e a promoção de empreendedorismo de base tecnológica.

A este nível, a plataforma existente com atividade mais relevante é a Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve (CRIA).

CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (UAlg)

A atividade do CRIA é transversal a todos os domínios científicos e tecnológicos e tem expressão nas dimensões de valorização da investigação através de IPRs (direitos de propriedade intelectual), *brokerage* tecnológico e promoção do *networking* e promoção do empreendedorismo tecnológico. O CRIA prossegue ainda atividades de gestão de projetos de I&D (sobretudo na componente acesso a financiamento), de formulação de pensamento estratégico sobre o sistema de inovação regional e sobre as condições gerais de enquadramento da inovação no Algarve.

Do ponto de vista físico, a pré-incubação e a incubação utilizam espaços disponíveis no *campus* de Gambelas.

A incubação de empresas e de projetos de base tecnológica merecem uma referência adicional. Atualmente, o CRIA promove um concurso de ideias de 3 em 3 anos, subsequentemente ao qual resulta um programa de apoio de 2/3 meses para os concorrentes selecionados, englobando formação em gestão, apoio na abordagem ao mercado e na elaboração de planos de negócio e na obtenção de financiamento.

No concurso de 2004 houve 40 candidaturas que deram origem a 4 empresas. Em 2007 registaram-se 70 candidaturas dando origem a 7 empresas. Em 2010 foram 126 candidaturas, resultando em 12 empresas. A IV edição do Concurso Ideias em Caixa em 2013 superou todas as expectativas, registando um total de 161 candidaturas, promovidas por 314 empreendedores (50% do género feminino), com uma idade média de 31 anos. Estas candidaturas incidiram na sua maioria nos setores Agroalimentar, Turismo, Saúde e Bem-estar e Indústrias Culturais e Criativas, avançando para a segunda fase 50 ideias de negócio (127 empreendedores).

Os principais objetivos das ações de maturação e aceleração das ideias de negócio que se seguiram passaram por: a) dotar os promotores de ferramentas para robustecer e implementar as suas empresas; e b) promover uma cultura de empreendedorismo e inovação nos participantes. Após a conclusão das mesmas, os empreendedores apresentaram os seus pré-planos de negócio a um painel de jurados, composto por entidades e empresas de destaque na região.

Da avaliação do júri resultaram as 15 ideias vencedoras, premiadas com serviços que visam dar um impulso no arranque das empresas – *coaching* empresarial, desenvolvimento da imagem corporativa, serviços de *webdesign*, alojamento e registo de domínio (1 ano), incubação virtual, apoio contabilístico (6 meses) e registo de associado na ANJE (1 ano).

A organização atribuiu ainda um prémio adicional ao projeto vencedor, correspondente a uma bolsa de 4.800 €.

2.1.2. Necessidade estratégica de alargar a base empresarial inovadora

Perante os estrangulamentos identificados no ponto anterior, os mecanismos de construção e de suporte à implementação da RIS3 Algarve são um potencial catalisador para a estruturação de um sistema regional de inovação no Algarve, em particular:

- (i) motivando uma maior focagem do esforço científico e tecnológico;
- (ii) suprimindo ou minorando o défice de articulação entre a produção de conhecimento e a sua valorização económica;
- (iii) consolidando empresas, segmentos e setores emergentes mais intensivos em tecnologia;
- (iv) atraindo empreendedores de fora da região, por exemplo, portugueses emigrados ou estrangeiros, com uma significativa experiência empresarial e/ou desenvolvem atividades em unidades de investigação científica de topo, que pretendam mudar-se para uma região com elevada qualidade de vida, trazendo não só a sua experiência, como a sua rede de contactos/relações.

Para isso dever-se-á ter em conta um conjunto mais compósito de objetivos intermédios, associados necessariamente às seguintes linhas:

- a) Reorganizar as plataformas de interface e de transferência de tecnologia;
- b) Consolidar e expandir o subsistema de C&T;
- c) Capacitar as empresas para a intensificação tecnológica;
- d) Alargar a base empresarial inovadora.

Com o objetivo de alargar a base empresarial inovadora, uma primeira dimensão passa pela expansão das atividades do CRIA em matéria de promoção do empreendedorismo tecnológico (pré-incubação e incubação), já com um registo interessante no Algarve, e que urge potenciar.

Em termos de necessidade de infraestruturas físicas, o modelo pode seguir uma lógica de expansão gradual e escalável, articulando os espaços existentes no *campus* de Gambelas com as estruturas a desenvolver num futuro polo tecnológico, sendo indispensável suportar esta consolidação na melhoria de outras condições e instrumentos, nomeadamente:

- (i) maior acesso a instrumentos financeiros do tipo *business angels* e *seed capital*;

- (ii) maior desenvolvimento de atividades de *coaching* e *mentoring*, em articulação com a comunidade empresarial;
- (iii) maior articulação com entidades nacionais com intervenção relevante na promoção do empreendedorismo tecnológico (p. ex., COTEC);
- (iv) maior articulação com as autoridades de gestão de Programas Operacionais com instrumentos mobilizáveis (PO Regional, PDR 2020 e PO MAR 2020);
- (v) maior reforço das capacidades e competências em recursos humanos afetos às áreas em questão;
- (vi) maior capacidade de acesso a espaços de validação tecnológica e prova de conceito, para *scale up* de novas tecnologias, potenciadoras de novas empresas e novas atividades, com particular relevância nos setores da Economia do Mar e da Saúde, Bem-estar e Ciências da Vida.

Uma segunda dimensão, até agora com uma expressão reduzida, passa pela atração de iniciativa externa (nacional ou estrangeira) qualificada. Esta dimensão é crucial para algumas das prioridades temáticas, sendo de destacar o caso das Energias Renováveis em que praticamente não existe iniciativa regional ou das TIC (*marketing* digital, programação e desenvolvimento) com capacidade regional crescente.

Estas dimensões sobre o alargamento da base empresarial inovadora devem prever e garantir o suporte à consolidação da promoção de atividade empresarial de base tecnológica, assente numa infraestrutura dedicada e vocacionada para este objetivo.

O futuro polo tecnológico deverá por isso, ser enquadrado não apenas face à necessidade de espaço para suporte ao desenvolvimento de atividades de base tecnológica (incluindo pré-incubação e incubação), mas também face à capacidade de disponibilizar espaços infraestruturados para acolher, em condições competitivas, um potencial incremento de iniciativa externa em atividades intensivas em conhecimento, indispensáveis à consolidação do modelo proposto na estratégia de inovação Regional.

2.1.3. Estrangulamentos à difusão e transferência do conhecimento

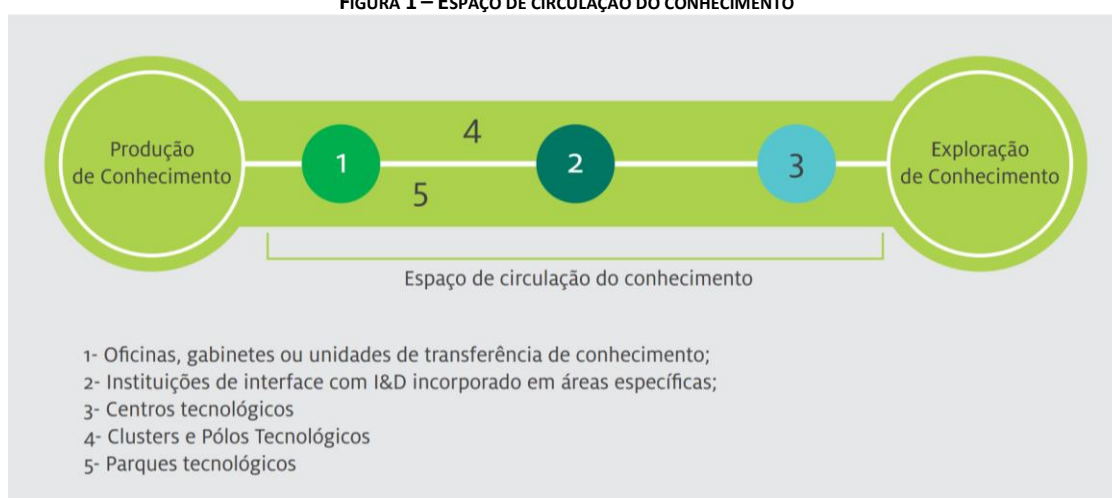
No Algarve observam-se falhas sistémicas ao nível da **difusão e transferência de conhecimento** (encontrando-se muito abaixo do seu potencial). Estas falhas sistémicas dificultaram a identificação coletiva das prioridades estratégicas. No passado, a articulação entre os setores público, privado e o sistema de ensino superior e de I&DT, apesar de incentivado e apoiado, nem sempre surtiu os efeitos desejáveis.

O diagnóstico efetuado expôs debilidades regionais neste domínio, nomeadamente um **défice de capacidade** (fragilidade de estruturas de interface) **de apoio à transferência de**

conhecimento das universidades e centros de ciência e tecnologia para as empresas, mas também alguma descoordenação no que respeita à operacionalização dos diversos instrumentos de política pública e um elevado défice de organização, capacitação e de capacidade de gerar massa crítica relevante na região.

Particularmente importante é a necessidade de fomentar a criação de **novos atores para a inovação**, conforme refere o relatório da FCT¹ onde é sublinhado que, no caso algarvio a “*área de circulação do conhecimento*” não é coberta em toda a extensão (Figura 1). Apenas a fase inicial (1) é coberta por um ator, no caso específico, o CRIA, sendo que todas as restantes dimensões são asseguradas de forma incipiente pelas estruturas do Sistema Científico e Tecnológico, mas sem estruturação formal e sem estruturas dedicadas e profissionais.

FIGURA 1 – ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO



Neste sentido, e num contexto em que os recursos têm que assegurar valências díspares (na falta das entidades adequadas), ganham particular relevo as limitações da massa crítica relevante do sistema, nomeadamente ao nível da dimensão e diversidade dos centros de conhecimento e dos recursos humanos associados à rede de investigação (quase exclusivamente alavancado no sistema público e na única Universidade com sede na Região), como se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 1 - Centros classificados pela FCT sediados no Algarve

Nome da Unidade	Membros Integrados	Classificação
Centro de Ciências do Mar (CCMar/CIMAR)	103	Excelente
Centro de Investigação Marinha e Ambiental (CIMA)	38	Muito Bom

¹ FCT (2013, p. 178). Neste relatório um outro ator também é identificado, o Algarve STP - Parque de C&T do Algarve quando na verdade ele ainda não configura uma estrutura física no Algarve (embora mantendo atividades relevantes).

Centro de Electrónica, Optoelectrónica e Telecomunicações (CEOT)	14	Excelente
Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações (CIEO)	56	Muito Bom
Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano (ICArEHB)	12	Excelente
Centro de Investigação em Biomedicina (CBMR)	45	Muito Bom
Centro de Investigação em Artes e Comunicações (CIAC)	41	Bom
Centro de Investigação em Química do Algarve (CIQA)	11	Fraco
Centro para os Recursos Biológicos e Alimentos Mediterrânicos (MeditBio)	25	Bom
Centro do Algarve do IPMA	--	Laboratório de Estado

2.2. As dimensões estratégicas da C&T no contexto PT2020

A análise desenvolvida pela CCDR Algarve em articulação com a UAAlg concluiu pela existência de défices de organização, de articulação, de capacitação e de massa crítica relevante no sistema regional de inovação, bem como pela necessidade de estruturas de interface de facilitação de transferência de tecnologia entre universidades e empresas e de dinamização de inteligência e eficiência coletiva.

O diagnóstico efetuado concluiu também que o atual quadro de governança da política de inovação se revelou disfuncional, não permitindo consolidar um ecossistema de inovação capaz de assegurar a criação de massa crítica relevante, nos domínios onde a região pode ter um papel importante à escala nacional e internacional (para além dos domínios tradicionais maioritariamente associados ao Turismo).

A região não conseguiu atrair e fixar empresas e serviços de média e alta tecnologia, e perdeu capacidade na captura das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos regionais. Sinal desta incapacidade, é a ausência de *clusters* estruturados na região (nem mesmo no domínio do turismo) e a quase ausência de participação de atores regionais (em particular de empresas) nos *clusters* reconhecidos a nível nacional, ou o número extremamente limitado de empresas regionais que incorporam núcleos de I&DT.

Neste sentido a Estratégia da Região, passa por uma intervenção a dois níveis (obrigatoriamente articulados): um nível de **gestão e governança da inovação**, e outro associado à criação de um **ambiente facilitador da inovação** (com a infraestruturação adequada à realidade regional e sua capacidade de consolidação e afirmação competitiva).

2.2.1. A dimensão da Governança

Tendo em conta os estrangulamentos identificados e as disfuncionalidades dos atores em cada domínio de intervenção, a aposta do PO CRESC ALGARVE 2020 (dando continuidade à dinâmica dos mecanismos criados no contexto da construção da RIS3 Algarve), passa por uma governança alinhada com o pressuposto do modelo da hélice quádrupla (Figura 2), que inclua fóruns de discussão e de concertação de estratégias e políticas multisetoriais e multinível, com elevado envolvimento e coordenação entre atores, iniciativas e políticas, de forma a maximizar sinergias e impactos. Dessa forma, o modelo de governança proposto procura suprir algumas das falhas e disfuncionalidades identificadas, bem como criar os mecanismos regionais de promoção da articulação e de interface necessários.

FIGURA 2 – HÉLICE QUÁDRUPLA NO ALGARVE



Fonte: CDR Algarve – RIS3 Regional

Neste sentido, a proposta de modelo de governança procura responder aos objetivos definidos pelo Algarve para o período 2014-2020, reiterados pelos parceiros consultados na sua construção, bem como à necessidade de responder às falhas do sistema de inovação, nomeadamente, ao nível da coordenação, da articulação de iniciativas e de projetos e da promoção da interação entre os atores regionais, contribuindo para a concretização da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3 Algarve).

Com o modelo proposto, procura-se:

- **Evitar a fragmentação de centros de decisão e coordenação, prevenindo sobreposições de esforços, de competências e de estruturas.** Considera-se que o modelo de governança tem de estar fortemente articulado com a gestão do Programa Operacional Regional, dando resposta à necessária articulação multinível e à coordenação com a política de eficiência coletiva;
- Dotar a região de um instrumento com **caraterísticas operacionais**, que implica que, em paralelo com a mobilização de atores cujo âmbito de intervenção é transversal às diferentes prioridades temáticas, se incentive uma mobilização focada em cada uma das prioridades temáticas. A focagem em cada prioridade temática é também decisiva para assegurar uma adequada articulação com os PO financiados pelo FEADER e pelo FEAMP, dos quais se espera um contributo decisivo para as prioridades temáticas relacionadas e com outras fontes de financiamento, nomeadamente o programa *Horizon 2020*;
- Garantir uma articulação adequada entre a gestão do ecossistema de inovação e a criação de **condições de acolhimento do investimento**, assegurando que as infraestruturas financiadas cumprem os objetivos estratégicos propostos.

O modelo proposto para a estruturação estratégica e operacional do ecossistema de inovação, pressupõem assim a inserção de novos atores de inovação que vão ter como objetivo atuar enquanto plataforma de difusão do conhecimento, na facilitação e *brokerage* de processos de transferência de conhecimento e de cooperação para a inovação. Contando com a participação das diferentes componentes da hélice quádrupla, e dos novos atores de inovação na região, será possível constituir **um órgão partilhado regional** em que uma panóplia alargada de atores regionais participa na concretização da estratégia de especialização inteligente, no processo de definição de prioridades, na definição de agendas coletivas, na melhor articulação das infraestruturas e na melhoria do apoio à decisão para a focalização da aplicação dos fundos comunitários.

Assim, este modelo pressupõe, na sua fase operacional, a criação de um **Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA)**. Sob proposta da Presidência da CCDR Algarve, foram apreciadas em Conselho Regional (realizado a 13/02/2015), a constituição e as competências do CIRA, conforme estabelecido no Art. 7º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, pelo que este modelo ganhou, assim, legitimidade institucional reforçada.

O **CIRA**, presidido pela CCDR Algarve, é composto por empresas, produtores de tecnologia e utilizadores avançados, entidades do sistema científico e tecnológico, universidades, associações empresariais, polos e “*clusters*”, entidades nacionais de planeamento e de gestão de políticas de I&I e entidades intermunicipais.

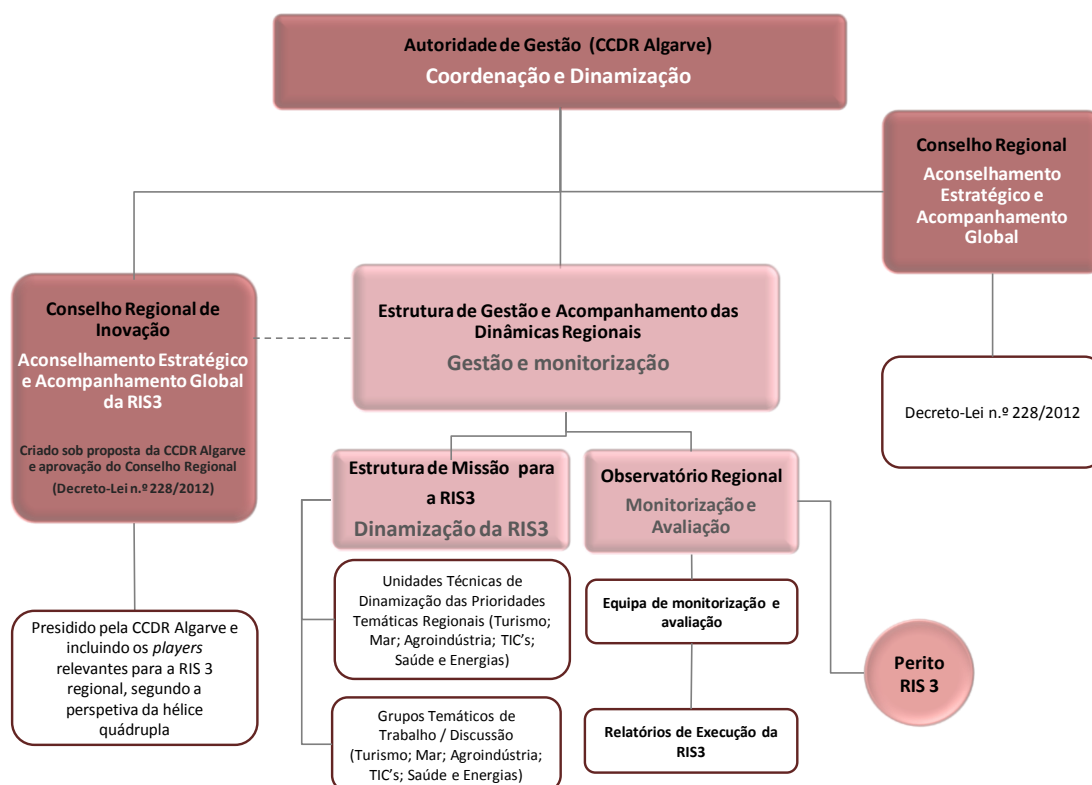
Este Conselho de Inovação Regional reunirá em plenário ou em secções orientadas para os domínios prioritários de especialização inteligente regional, que se constituirão como

Plataformas Regionais de Especialização Inteligente. Estas plataformas visam assegurar uma resposta regional multi-institucional e multissetorial para a monitorização, avaliação e evolução das respetivas estratégias, procurando dinamizar a cooperação e as redes, a inovação e a internacionalização. Constituem, na prática, espaços de descoberta empreendedora. O CIRA tem como competências, nomeadamente, a apreciação e aprovação de recomendações e propostas de linhas de ação das plataformas regionais de especialização. Deste processo de liderança colaborativa regional, deverão resultar propostas a apresentar à Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais relevantes, nomeadamente quanto ao conteúdo temático dos Avisos de Concurso e à sua calendarização.

A CCDR Algarve, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve, assume a gestão da RIS3 Regional, que é assegurada pela **Estrutura de Missão responsável pelo acompanhamento das dinâmicas regionais**, nos termos estabelecidos no modelo de governação do Portugal 2020 (Artigo 60º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro), assumindo transversalmente o apoio às várias plataformas e ao Conselho de Inovação Regional. Também neste âmbito assegurará a monitorização e a avaliação, em tempo útil, da prossecução das estratégias dos diferentes domínios de especialização inteligente, no que respeita à sua execução nos Programas Operacionais financiadores, através da elaboração de relatórios periódicos de monitorização.

Assim, o modelo de governança adotado para a RIS3 Algarve, expressa-se conforme sistematizado na **Figura 3**.

FIGURA 3 - MODELO DE GOVERNANÇA REGIONAL PARA A INOVAÇÃO DO ALGARVE



Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

O nível operacional da implementação da RIS3 Algarve e a articulação com o ecossistema de inovação será organizado em redor de cada prioridade temática, a fim de se garantir um elevado comprometimento entre os atores envolvidos. Para cada prioridade temática existirá uma **Unidade Técnica de Dinamização (UTD)** e um **Grupo Temático de Acompanhamento (GTA)**. Estas UTD devem ser asseguradas por peritos da Equipa de Gestão com apoio de peritos/consultores externos. Este envolvimento personalizado da CCDR Algarve com elementos pivô de dinamização, permitirá criar um modelo próximo de *one-stop-shop*, facilitador da obtenção de resultados.

Pretende-se que as UTD sejam uma estrutura de apoio e promoção da investigação aplicada (especialmente nas áreas identificadas na estratégia), apoio ao empreendedorismo, à inovação, à promoção da internacionalização, integração em redes internacionais e atração de investimentos.

Cada GTA deverá mobilizar atores relevantes para a prioridade temática em causa, segundo a perspetiva da hélice quádrupla. Sugerem-se grupos pequenos que incluam representantes dos centros de competências, das empresas e das associações empresariais de âmbito setorial e de organismos da administração regional desconcentrada, entre outros. Sempre que possível, os GTA deverão incluir parceiros externos à região, nas áreas empresariais e da I&D, com vocação afim das linhas de reflexão destes Grupos. Cada GTA estará focado na afirmação estratégica da respetiva prioridade temática e na superação de lacunas no processo de disseminação do conhecimento. Será uma ferramenta central na implementação da RIS3 Algarve, especialmente no processo de difusão do conhecimento e da inovação. Será ainda uma plataforma de encontro e de partilha entre as diferentes partes interessadas.

No modelo de governança proposto na estratégia de especialização inteligente, destaca-se a criação do **CIRA**, focado na orientação, aconselhamento e acompanhamento da implementação da RIS3 do Algarve, bem como a adoção de uma **Estrutura de Missão** específica para a dinamização e operacionalização da RIS3 Regional.

A adoção de uma Estrutura de Missão específica para a dinamização da RIS3 Algarve, assegura a implementação da RIS3, numa lógica simultaneamente setorial e transversal (de articulação intersetorial) e envolvendo ativa e permanente os diversos atores, procurando contribuir para superar as lacunas detetadas no Sistema Regional de Inovação, de uma forma que se espera menos morosa e menos dispendiosa do que a que envolveria a criação de uma estrutura “*tipo*” agência regional de inovação. Esta deverá ainda ser capaz de responder na medida do possível às falhas detetadas e criar condições mais favoráveis ao fomento da participação ativa e permanente dos atores da região nas decisões de política regional, envolvendo-os e corresponsabilizando-os no processo de definição de prioridades, na definição de agendas coletivas e na aplicação dos fundos comunitários, designadamente por via do seu envolvimento no seio do Conselho de Inovação Regional.

O objetivo é portanto encontrar uma forma que permita acelerar e facilitar **o processo de disseminação do conhecimento e promover a inovação contínua na região, o encontro e a partilha entre diferentes atores, o fomento da investigação aplicada (especialmente nas**

áreas identificadas na estratégia), apoiar o empreendedorismo, a promoção da internacionalização, a integração em redes internacionais e a atração de investimento, por forma a garantir uma região mais competitiva e com níveis de emprego sustentável e mais qualificado.

No entanto, esta estratégia não subsiste **sem nós físicos** e estruturantes do sistema. Assim, há que tecer uma abordagem estruturada de apoio aos processos criativos e inovadores, suportada por **infraestruturas indispensáveis a assegurar de forma estruturada e sustentada no tempo, quer ao nível do suporte do conhecimento e da sua transferência para o mercado, quer ao nível das estruturas que acompanham o ciclo de vida das empresas (da pré-incubação à maturidade).**

2.2.2. A dimensão das Infraestruturas

Assumindo o orçamento limitado disponível para as infraestruturas no âmbito do Programa Operacional Regional, urge definir um racional que permita assegurar, por um lado, a estruturação de condições para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação eficaz, e por outro, permitir a criação de instrumentos capazes de estimular o investimento em infraestruturas de transferência de conhecimento e de consolidação de novas ideias e serviços junto do mercado.

A Região apresenta um conjunto avulso de estruturas (de âmbito público e privado - como se pode constatar no ponto seguinte), que devidamente enquadradas, reorientadas ou reajustadas, poderão ajudar a configurar parte do ecossistema (pré-incubação, incubação e cocriação). Assim, a região deverá prever instrumentos de financiamento para pequenas intervenções, que garantam uma rede equilibrada de oferta e a estruturação de serviços qualificados de apoio ao ciclo da ideia de negócio.

Por outro lado, não encontramos nenhuma estrutura com funções específicas para suportar o processo de transferência do conhecimento para o mercado. Neste sentido, temos que, em linha com os domínios da RIS3 regional, assegurar a concretização de uma estrutura que configure o conceito de polo tecnológico/parque de ciência e tecnologia.

O conceito deste polo, não tem que se vincular a um único núcleo, mas tem que garantir uma coordenação conjunta e articulada de modo a valorizar a dimensão da variedade relacionada entre os domínios estruturantes e a emergência de empreendedorismo criativo, não estritamente setorial.

3. As infraestruturas tecnológicas

3.1. Enquadramento

A evolução socioeconómica marcante no passado recente, colocou o Algarve como destino turístico (re)conhecido internacionalmente. Os investimentos estruturais dos últimos anos e o contínuo crescimento da qualidade e oferta de serviços têm vindo a acrescentar fatores de atratividade para projetos, promotores e empresários, particularmente de capitais internacionais.

No entanto, esta significativa terciarização da estrutura económica regional, mobilizada pela constelação de atividades em torno do setor Turismo, concentrou-se maioritariamente em serviços não intensivos em tecnologia, e em cadeias de valor com incorporação muito limitada de inovação ou de produtos transformados na região.

Consequência desta tendência, a Região tem tido um processo muito lento (e nalguns casos com expressão insipiente) na fixação de massa crítica relevante, quer ao nível da indústria transformadora (em particular nos domínios da média e alta tecnologia), quer ao nível do conhecimento (particularmente em domínios com forte ligação ao mercado).

Esta realidade, quando conjugada com o facto da Região apenas deter uma Universidade Pública com expressão em termos de centros de conhecimento aplicado, limitou de forma severa o desencadear do aparecimento de empresas de base tecnológica, particularmente com origem na investigação académica. Neste contexto, o ecossistema de inovação, mesmo que ainda insipiente, não sentiu necessidade de alavancar uma rede estruturada de oferta, nem em termos de especialização em segmentos específicos, nem na criação das entidades indispensáveis à gestão, dinamização e estruturação de um verdadeiro ecossistema de inovação.

3.2. Abordagem conceptual

Procurando seguir uma metodologia comum às restantes Regiões (no âmbito do trabalho desenvolvido pela ANI), assumem-se os seguintes conceitos e funções para as infraestruturas do ecossistema de inovação:

CENTROS TECNOLÓGICOS²

Infraestruturas de apoio às capacidades técnicas e tecnológicas de determinado setor de atividade industrial, fomentando a difusão da inovação e promovendo o aumento da competitividade setorial, através de, nomeadamente:

- Apoio à investigação aplicada;

² O Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 312/95, de 24 de novembro, define os requisitos a observar pelos Centros Tecnológicos.

- Desenvolvimento de valências tecnológicas;
- Promoção da formação técnica e tecnológica especializada dos recursos humanos das empresas;
- Prestação de serviços especializados às empresas.

CENTROS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Entidades de carácter multifuncional que visam o apoio às empresas, atuando de forma a, nomeadamente:

- Dinamizar atividades de I&D&I;
- Dinamizar a transferência de conhecimentos e de tecnologias;
- Estimular a procura de novas soluções e a difusão de novos produtos, serviços ou processos inovadores;
- Prestar serviços especializados.

PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Espaços de acolhimento e interação, organizados e estabelecidos que, nomeadamente:

- Estimulam o fluxo de conhecimentos e de tecnologias entre entidades não empresariais do sistema de I&I e as empresas;
- Facilitam a localização de atividades de I&D;
- Facilitam a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica;
- Prestam outros serviços de valor acrescentado.

CENTROS DE INCUBAÇÃO

Espaços de acolhimento, organizados e estabelecidos com o objetivo de acelerar e sistematizar o processo de criação de empresas para serem bem-sucedidas, nomeadamente:

- Providenciando um conjunto integrado de competências e apoios específicos;
- Oferecendo espaço físico adaptado, flexível e com custos controlados;
- Facilitando o acesso a mentores e investidores e promovendo a realização de contactos empresariais;
- Promovendo a ligação entre entidades não empresariais do Sistema de I&I e empresas e entre estas e os mercados;
- Proporcionando um ambiente favorável à aprendizagem e ao empreendedorismo.

Entre os Centros de Incubação encontram-se os *Business Innovation Centres*, entidades certificadas no âmbito de *EU-BIC Quality Criteria*.

3.3. Historial e financiamentos anteriores

Ao longo dos últimos períodos de programação, diversas iniciativas, nomeadamente de origem municipal, têm pretendido assumir o rótulo de parque tecnológico, sendo de referir, sem qualquer critério qualitativo ou ponderação de viabilidade, por exemplo, o Algarve Tecnopólis ou Tecnopólis de Lagos, o Pólo Tecnológico de Vila Real de Santo António (VRSA), vulgo Parque Tecnológico Norte de VRSA, o Parque Tecnológico do Algarve, para além de outras iniciativas de cariz privado que também ostentam a designação de parque tecnológico.

Deste conjunto de propostas estratégicas, apenas teve acolhimento no âmbito do financiamento do QCA III, o denominado Parque Tecnológico do Algarve (PTA), que mereceu inclusive a aprovação de financiamento, desdobrada por exigências da entidade financiadora e da Agência de Inovação em duas candidaturas, inseridas no mesmo espaço e no mesmo edifício. As duas candidaturas ao então PROAlgarve — Eixo 3 — Medida 14 — Economia, assumiram a designação de **Parque de Ciência e Tecnologia**, formalizada pela Associação Algarve *Scientific and Technology Park* (Algarve STP) e **Incubadora de Base Tecnológica**, formalizada pela Associação Algarve *Technology and Incubator Center* (Algarve TIC).

O investimento realizado foi de cerca de meio milhão de euros, contudo por vicissitudes várias, não conseguiu concretizar a implementação física no local programado, mas manteve-se como proposta estratégica no contexto do QREN no Eixo 1 do PO Algarve 21, tendo associadas ao projeto outras valências, nomeadamente a incubação de base tecnológica.

Também no âmbito do Programa Operacional Algarve 21 – no Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, foi aprovado o projeto **UAlg Business Lab** que decorreu da aposta estratégica da Universidade do Algarve (UAlg) em promover a investigação aplicada e respetiva valorização dos seus resultados, catapultando o potencial acumulado na academia para o tecido empresarial, fomentando a inovação, o empreendedorismo de base tecnológica e/ou científica e, conseqüentemente, a competitividade da região e seus agentes económicos.

O projeto surgiu assim da experiência acumulada da UAlg, enquanto entidade promotora de uma cultura de inovação, através do conhecimento científico e tecnológico que aí se gera, e nas atividades de apoio ao empreendedorismo e transferência de tecnologia. Este projeto permitiu ao CRIA, entre outras iniciativas, ampliar as condições de acolhimento e maturação de novos projetos empresariais. Contribuiu igualmente para identificar níveis de conhecimento com uma vertente comercializável, passível de ser transferido para as empresas.

O investimento realizado foi de 4,8 milhões de euros (3,6 milhões de euros de FEDER), permitindo aumentar o número de espaços de incubação disponível para as empresas, quer ao nível do modelo de escritório, quer de valências laboratoriais, necessários à fase de prova de conceito e *scale up* dos novos projetos empresariais, realizar obras de adaptação da estação experimental do Ramalhete, e para os novos laboratórios associados às ciências biomédicas e médicas, que permitiram capacitar a instituição com um conjunto de condições e equipamentos, essenciais à concretização de atividades de investigação e desenvolvimento

tecnológico em cooperação com as empresas, respondendo a necessidades reais dos agentes económicos, e potenciando a criação de novos produtos e serviços inovadores, transacionáveis e com potencial de internacionalização.

Ao nível da incubação no CRIA, as referidas atividades permitiram a criação de mais 11 espaços de escritório e 7 espaços laboratoriais, consolidando um total de 24 espaços disponíveis para a implementação ou maturação de novas empresas, que registavam no final do primeiro semestre de 2016, uma taxa de ocupação de aproximadamente 85%.

3.4. A rede de infraestruturas da região do Algarve

A tipologia de intervenções elegíveis no contexto do programa limita-se a Polos/Centros Tecnológicos e de Transferência de Tecnologia, Parques de Ciência e Tecnologia e Centros de Incubação³.

Neste âmbito, na região do Algarve, existem atualmente 15 espaços (conceptualmente inseridos na categoria de Centros de Incubação), embora o foco de intervenção (por ausência de estruturas adequadas), se estenda muito para além do conceito de acolhimento e nos casos concretos da figura do Algarve *Scientific and Technology Park* (Algarve STP) e do CRIA, a sua intervenção abrange parte das áreas que deveriam ser estruturadas no âmbito de infraestruturas de Polos/Centros Tecnológicos e de Transferência de Tecnologia, Parques de Ciência.

As estruturas existentes aparentam assim as seguintes tipologias: centros de negócios, *co-working*, ninhos de empresas, incubadora de empresas, incubadora de empresas de base tecnológica e pré-incubação. De salientar que algumas estruturas da região apresentam mais do que uma das referidas tipologias.

Esses espaços encontram-se distribuídos por **7 concelhos do Algarve (Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Loulé, Portimão e Tavira)** e na sua maioria resultam de investimentos privados (apenas três espaços são municipais e dois espaços são apoiados por entidades públicas).

³ Incluindo as tipologias: pré-incubação, incubadora de empresas, ninhos de empresas, centros de *co-working*.

Tabela 2 - Listagem de Infraestruturas existentes:

Concelho	Designação	Tipo de infraestrutura	Natureza	Capacidade (empresas/co-work)	Taxa de ocupação
Albufeira	CAE - Centro de Acolhimento Empresarial de Albufeira ¹⁾	Centro de negócios/co-working	Público	4 salas de incubação e 22 postos de trabalho	NA ²⁾
Castro Marim	Espaço Multifuncional de Empresas ³⁾	Incubadora de empresas	Público	12 gabinetes	NA ²⁾
Faro	ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve	Incubadora de empresas	Privado	7 gabinetes	NA ⁴⁾
Faro	Algarve Office Center	Centro de negócios	Privado	20 gabinetes	--
Faro	ANJE – Núcleo do Algarve	Ninho de empresas	Privado	21 gabinetes e 1 posto de trabalho	95%
Faro	AREA 25	Centro de negócios/co-working	Privado	Área partilhada (360 m ²)	100%
Faro	CRIA (Universidade do Algarve)	Pré-Incubação/ Incubadora de empresas	Público	24 espaços (gabinetes e pavilhões)	85% ⁵⁾
Faro	Faro Avenida Business Center	Centro de negócios/co-working	Privado	7 gabinetes e 10 postos de trabalho	90% ⁶⁾
Lagoa	Lagoa Business Center	Centro de negócios/co-working	Privado	38 gabinetes e 2 postos de trabalho	21%
Loulé	Coworking Studio (Motivo Gráfico)	Co-working	Privado	2 gabinetes e 10 postos de trabalho	0%
Loulé	IEFP – Ninho de empresas de Loulé	Ninho de empresas	Público	11 gabinetes e 5 pavilhões/oficinas	56% ⁷⁾
Loulé	NERA ⁸⁾	Pré-incubação e Centro Empresarial de Negócios	Privado	24 gabinetes	--
Loulé	Unykvis	Co-working	Privado	Em remodelação	100% ⁹⁾
Portimão	All Work Portimão	Centro de negócios/co-working	Privado	5 gabinetes e 5 postos de trabalho	80%
Tavira	Level Up	Centro de negócios/co-working	Público	7 gabinetes e 4 postos de trabalho	100% ⁶⁾

1) O espaço foi inaugurado a 20/8/2014, com regulamento aprovado mas em fase de implementação.

2) NA – Não se aplica.

3) O espaço foi inaugurado a 24/6/2016, aguarda aprovação do regulamento interno para posterior fase de implementação.

4) A ACRAL inaugurou novas instalações em setembro de 2015, e desde essa data conta com espaços para incubar empresas.

5) Em virtude do recente reforço de capacidade apoiada no âmbito do QREN. A estas atividades junta-se uma intervenção estruturante (única na Região) no âmbito do apoio à transferência de conhecimento, apoio à captação de financiamento e valorização económica do conhecimento, aceleração de ideias e de *start-ups*, e dinâmica da procura.

6) Valor referente ao centro de negócios.

7) O IEFP vai celebrar um protocolo com um consórcio liderado pela REGIOTIC – Associação Empresarial para as TIC e Desenvolvimento do Algarve, ficando esse consórcio responsável pela gestão do ninho de empresas.

8) No âmbito do programa AEL EMPREENDE foram abertas candidaturas visando apoiar a elaboração de planos de negócios, o coaching empresarial, o apoio na captação de financiamento e a pré-Incubação. O período de pré-incubação terminou no dia 8/10/2015.

9) Em remodelação no dia da visita.

Foram visitados também outros espaços, que se apresentavam como soluções de acolhimento de empresas, mas que após a visita ao local, se entende não reunirem o mínimo de condições estruturais e de serviços de apoio/dinamização, que lhes confirmam algumas das referidas designações.

Este levantamento evidencia que o ecossistema regional de inovação, não contempla nenhuma estrutura específica associada a Polos Tecnológicos/Centros Tecnológicos, ou a Parques de Ciência (que virão a assumir funções no contexto de interface na transferência de tecnologia e conhecimento para o mercado).

3.5. Outras articulações estratégicas

No contexto da estruturação do Ecosistema de Inovação, no âmbito do PT 2020, a articulação de um modelo de governança com o suporte de infraestruturas específicas, não se esgota no contexto deste exercício de mapeamento.

Neste ecossistema, merecem ainda referência no ciclo de vida da inovação e da empresa, investimentos (não sujeitos ao mapeamento, porque não configuram por si só infraestruturas propriamente ditas), que têm uma dimensão estruturante e estratégica que merecem referência e a indispensável articulação entre si, uma vez que a sua presença e o seu pleno funcionamento vão potenciar e garantir a afirmação das infraestruturas a financiar.

Neste âmbito, merecem referência os investimentos:

- No reforço, capacitação, equipamento e eventual expansão dos centros de investigação financiados maioritariamente por meios próprios ou por via de candidaturas a projetos de investigação (PT2020 ou *Horizon 2020*). Neste particular, como refere o texto do Programa Operacional, o financiamento de um polo tecnológico em sinergia com o reforço da capacidade de recursos humanos de centros de investigação, pode ser determinante no sucesso e candidaturas ao programa *Horizon 2020* (como é exemplo as candidaturas ao *Teaming* onde o suporte de infraestruturas é condição para o financiamento dos Centros de Excelência Científica);
- Ao nível das **Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico** (financiadas pelo PO CRESC ALGARVE 2020), que sendo uma aposta no reforço da presença da investigação regional nas redes Europeias (não configurando o conceito físico de infraestrutura), obriga a um alinhamento total com a RIS3 Algarve e por isso, a um reforço das competências e das estruturas de investigação nos domínios relevantes para o ambiente de captação de investimento produtivo e de investimento aplicado nesses domínios. No Algarve, foram submetidas 6 candidaturas com participação de centros ou investigadores da Região, nos domínios: Turismo, Mar, Agroalimentar, Energias Renováveis, TIC e Saúde;
- Investimentos do setor privado, que sem uma orientação condicionada pelas políticas públicas de investigação, podem contribuir para o reforço do sistema e oferecer alternativas a empresas e a ideias focadas no mercado, devendo existir uma articulação tão próxima quanto possível entre os desafios colocados à investigação e os interfaces de transferência do conhecimento.

4. Conclusão

O exercício de Mapeamento agora realizado no quadro do CRESC ALGARVE 2020 permitiu conhecer as infraestruturas existentes na região, e, mais importante, perceber o que falta para consolidar o ambiente indispensável à criação de um ecossistema de inovação na região do Algarve.

Das “falhas” da inovação referidas no estudo de diagnóstico e estratégia 2014-2020, destaca-se a fraca capacidade para absorver e beneficiar da investigação, bem como a carência de competências avançadas e de recursos para inovar, a falta de infraestruturas tecnológicas de promoção da inovação e de interfaces de transferência e de articulação entre os agentes públicos e privados em C&T, e ainda a falta de cooperação entre as empresas e necessidade de reforço da ligação entre os produtores de conhecimento, nomeadamente a Universidade do Algarve e as empresas.

Identificam-se o CRIA, e em parte o trabalho desenvolvido pelo Algarve STP, como as principais plataformas da Universidade do Algarve direcionadas para a valorização do conhecimento e para a articulação entre ciência, tecnologia e economia, com base na sua experiência nas diferentes dimensões (IPRs, transferência de tecnologia, incubação e empreendedorismo). O CRIA, no contexto das suas atividades desenvolvidas no âmbito da UAlg, é seguramente um dos principais centros de racionalidade estratégica para a construção/consolidação do sistema regional de inovação do Algarve, criando um ambiente favorável à inovação na região, fomentando uma cultura de inovação na Universidade do Algarve e promovendo iniciativas de *networking* entre os diferentes atores, nomeadamente entre as empresas e a Academia.

Da rede de infraestruturas existente, em termos de espaços de incubação de empresas, ninhos de empresas, centros de negócios e/ou *co-working* pode-se concluir que não existe oferta em 9 municípios do Algarve, encontrando-se a oferta concentrada em apenas 7 municípios (Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Loulé, Portimão e Tavira). Dos 15 espaços com as referidas tipologias, 10 estão sediados em Faro e Loulé. No que diz respeito aos investimentos a enquadrar no âmbito da PI 3.1 (Infraestruturas de Incubação), a aposta deve centrar-se na reorientação dos nós existentes e na articulação de uma rede coerente (envolvendo a oferta pública e privada), justificando-se novos nós em função de uma procura efetiva e de apostas específicas nos domínios estruturantes da Estratégia de Especialização Regional.

Pese embora a eventual possibilidade de existirem outros espaços (centros de negócios e/ou de *co-working*) que não constem neste relatório, analisando as infraestruturas que constituem a rede atual, bem como o potencial da Universidade do Algarve que engloba 8 centros de investigação, 12 centros de estudos e desenvolvimento e ainda 3 unidades de investigação com personalidade jurídica própria, constata-se a ausência de um elemento chave no processo, um **Polo Tecnológico (que desempenhe conjuntamente as funções de Centro de Transferência de Tecnologia e Parque de Ciência e Tecnologia)** que contribua de forma inequívoca para a implementação do ecossistema de inovação na região, conforme pressuposto nos objetivos da PI 1.2.

Face ao exposto, o racional que presidirá à seleção das prioridades estratégicas, deverá ter em conta, nomeadamente:

- O alinhamento dos objetivos do projeto com as estratégias regionais;
- O alinhamento dos domínios estratégicos com a RIS3 Regional;
- A coerência do projeto com a capacidade de alargar cadeias de valor (suportadas nos recursos endógenos) e a valorização do conhecimento;
- A relevância do projeto para gerar o ambiente adequado para atrair investimento inovador e produtivo para a região;
- O reforço dos recursos humanos qualificados para dar suporte ao processo de descoberta empreendedora e à aceleração do ciclo de crescimento das ideias e empresas na aproximação ao mercado;
- A coerência da articulação com os pilares estratégicos da UAlg;
- O contributo do projeto para os processos de *clusterização* de diversificação da base económica.

Na prática pretende-se assegurar condições para articular um modelo de governança com responsabilidade partilhada dos *stakeholders* do ecossistema de inovação, com as infraestruturas adequadas que garantam a sua operacionalização e os resultados mais eficazes para a melhoria de competitividade da Região. Neste contexto, a intervenção do PO CRESC ALGARVE 2020, quer pela escala atual da massa crítica relevante, quer pela restrita dimensão financeira alocada a esta medida, terá uma intervenção muito pontual, apostando num **Polo Tecnológico (que desempenhe conjuntamente as funções de Centro de Transferência de Tecnologia e Parque de Ciência e Tecnologia)** e na reestruturação e reorientação cirúrgica da rede de infraestruturas de incubação, alinhando-as com a estratégia de especialização inteligente regional, com uma componente de investigação ou inovação, e dotando-as de recursos humanos e técnicos adequados às funções que pretendem executar no contexto do ecossistema regional de inovação.

Conforme previsto no PO CRESC ALGARVE 2020, o financiamento de infraestruturas de incubação (parte de infraestruturização e equipamento), abrange a expansão, a reorientação do foco de atividade e a alteração do modelo de gestão/funcionamento das incubadoras existentes. Salienta-se porém que o apoio às capacidades de gestão será limitado a novas incubadoras (recentemente criadas ou que estejam em processo de reorientação do foco da atividade) e irá abranger somente o período inicial com um horizonte temporal limitado (não superior a 2 anos).

Pretende-se desta forma alavancar a competitividade regional, assente na promoção da ciência e da tecnologia, com enfoque nos domínios de especialização previstos na RIS3 Algarve, contribuindo para a afirmação de uma região mais inteligente.